



IMPLICAÇÕES DAS IMPOSIÇÕES CAPITALISTAS NA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4179

Taiane Vanessa da Silva, UEL
Paulo Sérgio Micali Junior, UEL

Resumo

Sistemas econômicos costumam ser caracterizados por um sem número de inter-relações sociais bastante complexas, perpassando pelos campos do político, cultural até a vida privada. Ao tratarmos do capitalismo, por exemplo, torna-se praticamente impossível estabelecer-lhe um recorte de estudo que não abarque, ao mesmo tempo, questões que concernam ao consumo, modos de fazer, mal-estar social provocado pela coexistência de diferentes classes sociais etc. Tendo em vista aquela polissemia e este último exemplo, por meio deste artigo nós nos propomos à, justamente, explorar algumas das “tendências” de crise do capitalismo (fazendo menção à Rosa Luxemburgo) por meio de uma breve revisão bibliográfica que tange, majoritariamente, aos estudos sociais. Como destacado, há uma série de sistemas que nos possibilitam ricas e infindáveis possibilidades de estudo, mas, nós nos atentaremos aqui, especificamente, às crises provocadas no/pelo capitalismo e, ao mencioná-las, temos em vista os intermitentes conflitos provocados pela (re)configuração da(s) dinâmica(s) do capital. Uma vez diretamente ligada a vários âmbitos das vidas daqueles que compõem a classe trabalhadora, fazem-se necessários revisões bibliográficas (como esta) de forma que a mencionada polissemia não nos induza aos anacronismos e/ou às generalizações vazias. Por mais clichê que possa soar, “cada caso é um caso”, como pudemos notar. Assim, nós nos questionamos de que forma se dão as crises capitalistas numa indústria tradicional, como a têxtil e a automobilista? E noutras, como as atuais prestadoras de serviços? Os funcionários destes ramos são afetados da mesma forma? Estas e outras perguntas são algumas das questões que orientam este texto.

Palavras Chave:

Capitalismo; Crise;
Organização do trabalho;
Implicações aos
trabalhadores.

Introdução

Existem tendências de crises do capitalismo, de acordo com Rosa Luxemburgo (1968 apud HARVEY, 2005). Conforme a autora, o subconsumo gera a falta de demanda para uma produção que só faz crescer. Isto acontece, devido à exploração dos trabalhadores que não ganham o suficiente para consumir o que produzem. A solução para este problema seria, segundo a autora, formações sociais não-capitalistas alcançadas, muitas vezes, pelas forças das armas, com guerras, como os regimes coloniais, da segunda metade do século XIX, faziam para explorar territórios não-capitalistas, sendo este um dos cerne do imperialismo.

Já David Harvey (2005) diz que, hoje, a teoria mais convincente acerca da crise do capitalismo está relacionada à sobre acumulação, sendo o subconsumo apenas parte do problema. Dessa forma, segundo o autor, a sobre acumulação é a escassez de oportunidades de investimentos que geram lucros ao capitalista. A estabilização desse problema pode ser buscada por meio da expansão geográfica do capital, gerando demanda por investimentos e por consumo. Isso acontece, pois, a busca por melhores condições de lucratividade também significa a procura por insumos mais baratos em territórios não-capitalistas. Em outras palavras, a intenção “[...] não é que territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos. [...]” (HARVEY, 2005, p.117).

Ainda de acordo com Harvey, para se estabilizar o capitalismo também depende de algo “fora de si” como, por exemplo, a apropriação de mão-de-obra barata presente em colônias ou em outros territórios externos. Ou então, a utilização de inovações tecnológicas para gerar desemprego e, conseqüentemente, um exército de trabalhadores industriais de reserva, propício a aceitar baixos salários

(MARX, 1976 apud HARVEY, 2005).

Todavia, a classe operária não responde a essas crises e investidas do capitalismo de forma passiva. De acordo com Beverly Silver (2005), a dinâmica das agitações da classe trabalhadora influencia as relações entre o trabalho e o capital, evidenciando a importância das questões sociais nas formas como o capital atua. Tendo em vista as ideias apresentadas, o presente texto tem o objetivo de mostrar, com base em uma revisão bibliográfica, como as “tendências” de crises e as imposições do capitalismo afetam a organização da classe trabalhadora de indústrias tradicionais – como a têxtil e a automobilística – e de setores de prestação de serviços.

As relações entre o capital e os diferentes movimentos trabalhistas

Para visualizar a relevância da insatisfação da classe operária na relação entre capitalismo e trabalho, é necessário, segundo Beverly Silver (2005), compreender os ciclos de produtos presentes, principalmente, nas grandes indústrias. Logo, os ciclos de produtos são divididos em três fases. A primeira é a fase inicial, na qual existe baixa competitividade e baixo custo de produção, portanto, maior lucratividade, pois, neste momento, o produto ainda é inovador. O segundo estágio é intitulado fase de maturidade, sucedido pela fase de padronização. Nos segundo e terceiro estágios os competidores aumentam, assim como as pressões para o corte de custo.

De outro modo, produtos novos são fabricados na fase inicial e em países ricos. Neste momento as vitórias da classe operária são mais estáveis devido à existência de maiores lucros e, conseqüentemente, a possibilidade de acordos seguros entre o trabalho e o capital. Os próximos ciclos são realizados em países de baixo salário. Na fase de maturidade, a classe trabalhadora é afetada e as ondas de agitação operária são

ampliadas, pois a busca do capital por soluções de lucratividade afetam os direitos e salários dos trabalhadores. Neste estágio, o capital utiliza o deslocamento geográfico, conhecido como solução espacial, por este motivo se instala em países de mão-de-obra barata, além de soluções tecnológica/organizacional – como a automação, que diminui o número de trabalhadores e, conseqüentemente, diminui a agitação operária, possibilitando à produção permanecer em países ricos – e de produto – desloca o capital para a produção de mercadorias inovadoras livres, no primeiro ciclo, de competitividade e altos custos. Assim,

Os capitalistas respondem a um estrangulamento dos lucros num dado setor industrial deslocando-se geograficamente (solução espacial) ou inovando em processos (solução tecnológica/organizacional), mas também procuram deslocar o capital para linhas de produtos e indústrias inovadoras e lucrativas. Novos movimentos trabalhistas surgem (e outros já estabelecidos enfraquecem) após essas mudanças. (SILVER, 2005, p.83)

Na fase de padronização o declínio da lucratividade é ainda maior, assim como o corte de custos. Por conseguinte, a estabilidade dos acordos entre trabalhadores e capitalistas, vista anteriormente, não é mais possível e a militância operária diminui.

Ao comparar os ciclos de produto da indústria têxtil do século XIX e da automobilística do século XX, Silver (2005) conclui que os ciclos de produção se sobrepõem e se influenciam, pois, quando a indústria têxtil está na fase de maturidade, o capital se desloca – por meio das soluções citadas anteriormente – para o setor automobilístico. Conseqüentemente, no momento em que a indústria têxtil entra na fase de padronização e a agitação da classe operária diminui, o setor automobilístico passa para a fase madura, na qual a insatisfação operária aumenta. Portanto,

segundo a autora, existe o deslocamento de agitações da classe trabalhadora de uma indústria para a outra quando o capital se desloca e novos ciclos de produtos surgem, revelando assim, que os movimentos dos trabalhadores não agem de forma passiva frente às medidas tomadas pelo capitalismo.

Percebe-se também que as soluções encontradas pelo capital, citadas por Silver (2005), se aproximam das saídas que o capitalismo encontra “fora de si” e das respostas dadas a sobre acumulação do capital, citadas por David Harvey (2005). Outra proximidade entre os autores diz respeito a consideração concernente à pluralidade de movimentos operários, os quais não agem de formas padronizadas, pois são formados em contextos e condições diferentes. Logo,

As condições de luta e de formação da classe trabalhadora variam amplamente, havendo, portanto, como o insistiu Thompson, entre outros, um sentido no qual a classe trabalhadora “se faz a si mesma”, ainda que nunca, é claro, em condições de sua escolha. [...] Por mais universal que seja o processo de proletarianização, o resultado não é a criação de um proletariado homogêneo. (HARVEY, 2005, p.122)

Ao historicizar os movimentos operários formados nos setores têxteis e automobilísticos, e nas “indústrias” herdeiras da automobilística, Silver (2005) também ressalta a impossibilidade de um proletariado uniforme, visto que possuem poderes de barganha diferentes em setores distintos,

Em suma, a dinâmica geral da insatisfação operária global parece inserir-se num contexto de ascensão e queda de ciclos de produto, e mudanças de grau/natureza concomitantes no poder de barganha dos trabalhadores. Daí que uma compreensão da dinâmica presente e futura da agitação operária requer uma investigação

dos sucessores mais prováveis do complexo automotivo no posto de indústria líder no capitalismo mundial, assim como da natureza do poder de barganha dos trabalhadores a ela associados (SILVER, 2005, p.101)

Dessa forma, o capitalismo contemporâneo, diferente daquele em que prevaleciam as grandes indústrias, é caracterizado pelo ecletismo, flexibilidade e pelo rápido surgimento de novas mercadorias, portanto, é impossível indicar um só sucessor da indústria automobilística. Em adição, segundo Simone Wolff, “[...] as convulsivas crises capitalistas que vêm assolando o mundo na atualidade decorrem do esgotamento do padrão de acumulação fordista [...]” (2014, p.133), pois, atualmente, existe uma mudança no paradigma de mercado de trabalho, mercada pela desindustrialização – no que diz respeito às grandes indústrias tradicionais, como a têxtil e a automobilística – e pelas políticas neoliberais, as quais visam a descentralização e dialogam com a flexibilidade do capitalismo contemporâneo.

Foi no bojo dessas políticas que se forjou um novo padrão de acumulação de capital no qual a inovação tanto de processos como de produtos e serviços se tornou a principal estratégia competitiva. Para enfrentar o novo mercado de consumo, as grandes companhias, outrora alicerçadas sobre um modelo piramidal e centralizador dos diversos processos necessários à sua produção, deram lugar a firmas enxutas e flexíveis, caracterizadas pela compressão dos níveis hierárquicos e pela generalização dos processos de terceirização, subcontratação, contratos temporários etc. Tal descentralização é mais adequada ao paradigma econômico contemporâneo uma vez que permite às grandes empresas abarcarem rápida e eficientemente novos mercados [...]. (WOLFF,

2014, p.133)

Em outras palavras, as grandes empresas transnacionais podem, então, abarcar novos mercados de forma mais rápida, devido ao fácil acesso de suas instalações em países diferentes – impulsionada pela dinâmica do neoliberalismo – e ao gerenciamento de seus negócios à distância, por meio das tecnologias de informação. Logo, essas empresas transfonteiras modificaram a divisão internacional do trabalho inspirada no fordismo “[...] em que tanto os produtos como os serviços de apoio à sua fabricação eram realizados no interior de uma mesma planta, com postos de trabalho bem definidos e dentro de atividades extremamente padronizadas [...]” (WOLFF, 2014, p.134). Segundo Wolff, o modelo fordista funcionou enquanto a produção visava os mercados nacionais, mas o aumento da competição internacional, unida a internacionalização da economia e a diversificação do consumo, fez do sistema Toyota mais conveniente ao capitalismo da atualidade “[...] já que ele se fundamenta num modelo de planta em que os processos são horizontalizados sob a forma de células interdependentes, cuja relação se dá através de sistemas de informação.” (p.134).

Jean Lojkin (2007) observa a mesma questão quando diz que o capitalismo mudou de base, ao distinguir a revolução industrial da revolução informacional.

A revolução industrial, como seu nome indica, é uma revolução tecnológica em um setor preciso da economia: a produção industrial, caracterizada pela transformação da matéria e pela produção de mercadorias. O coração dessa revolução tecnológica é a objetivação do trabalho realizada pela “mão ferramenta” nas máquinas-ferramentas. Já a revolução informacional é caracterizada pela objetivação de certas funções do cérebro, no que

concerne ao tratamento padronizado de informações. Ela se aplica não somente ao domínio profissional, mas também a todos os setores da economia e, mais amplamente, a todos os setores profissionais da sociedade. [...] No entanto, a revolução informacional não se limita a uma simples mutação tecnológica, mesmo ela sendo crucial. Ela é, mais globalmente, uma revolução na utilização humana da informação. (LOJKINE, 2007, p.31-32)

Assim, diferentemente da revolução industrial – na qual o homem era substituído pela máquina – a informacional aposta na criação e troca de informações entre os homens, por meio das tecnologias de informação e as formas comuns de intensificação do trabalho: “[...] características, por exemplo, do trabalho em série, dão lugar, nas fábricas onde o homem não é mais dependente do ritmo das máquinas, a cargas mentais muito mais insidiosas” (LOJKINE, 2007, p.33). Esses sistemas de informação podem ser vistos, de acordo com o mesmo autor, nas prestadoras de serviço, as quais, segundo Silver (2005), representam uma das “indústrias” herdeira do setor automobilístico, no que diz respeito, principalmente, a geração de novos postos de trabalho, pois, a “indústria” da prestação de serviços gera, atualmente, mais empregos que as manufaturas.

Em linhas gerais, as soluções utilizadas pelas manufaturas desencadearam a descentralização geográfica não só da produção, mas também de comando e controle e, por conseguinte, há a necessidade de novos tipos de gerenciamento à distância. A solução encontrada são os prestadores de serviços, que “[...] vão desde telecomunicação até serviços especializados, como advocacia, finanças, propagandas, consultoria e contabilidade.” (SILVER, 2005, p.110). Entretanto, diferente das manufaturas, Silver diz que as sedes corporativas dos prestadores de serviços precisam se aglomerar em cidades

centrais, devido à necessidade de infraestrutura tecnológica para manter os gerenciamentos de outros territórios que não aqueles em que estão instalados fisicamente.

Esta aglomeração de prestadores de serviços em países ricos, que visa o apoio à produção, afeta a solução espacial usada para fugir, entre outras questões, das agitações da classe trabalhadora que tem poder de barganha no local de trabalho – como fazem as grandes indústrias. Desta forma, existem os serviços, especialmente os sub-remunerados, que precisam ser realizados nas sedes e escritórios, como as faxinas. Entretanto, de acordo com a autora, mesmo que estes tipos de serviços não sofram com o deslocamento geográfico, ele é afetado pela terceirização e por não precisar de mão-de-obra qualificada. Mesmo assim existe um potencial poder de barganha desse setor no local de trabalho. Ainda sobre o exemplo dos faxineiros,

[...] no final dos anos 1990, esses trabalhadores, assim como prestadores de serviços de escalões mais baixos de outras cidades dos EUA, conseguiram vitórias significativas. Entre elas, a campanha de renda mínima de Baltimore, que se espalhou para mais de trinta cidades, e a bem-sucedida campanha “Justiça para os Faxineiros”, principalmente em Los Angeles. Essas campanhas garantiram melhores salários e condições de trabalho para trabalhadores de baixa renda no setor de serviços [...]. Além disso, provocaram uma explosão de ativismo social no movimento sindical [...]. (SILVER, 2005, p.112)

A aglomeração das sedes corporativas dos setores de serviço impulsionou uma associação coletiva da classe trabalhadora e o poder de barganha, gerando conquistas mais significativas. Além disso, conforme Silver (2005), este movimento focou não só nas questões que afetavam o trabalho, mas também a

comunidade, ganhando, assim, o apoio de movimentos sociais diversos. Entretanto, de acordo com a mesma autora, existem processos de trabalhos dentro da prestação de serviços que podem ser afetados por soluções espaciais como, por exemplo, a digitação e editoração. No caso dos digitadores, seu poder de barganha diminui no local de trabalho, pois esta função pode ser deslocada para empresas que oferecem o mesmo serviço a baixo custo e à distância. As formas de barganhar neste exemplo devem partir da busca pelo internacionalismo, a nível global.

Como apontou Beverly Silver (2005), a associação dos trabalhadores das prestadoras de serviços, que vise integrar a coletividade dos setores de serviços – a união de sindicatos de setores e de cidades ou países diferentes – pode alcançar conquistas e poderes de barganha mais significativos. Peter Evans (2015), vai mais além nessa associação quando observa as alianças transnacionais de sindicatos no neoliberalismo. De acordo com o autor, o neoliberalismo diminuiu os direitos trabalhistas e o poder da classe trabalhadora a nível nacional, ao mesmo tempo em que estimulou a abertura de sindicatos ao transnacionalismo. Em outras palavras, os movimentos de trabalhadores situados em países distintos e contextos nacionais diferentes, podem cooperar de forma positiva entre si, pois junto à hostilidade do neoliberalismo coexistem novas conexões de movimentos dos trabalhadores nacionais e novas organizações globais dos trabalhadores em busca de maiores direitos trabalhistas e poder de barganha.

Portanto, a disseminação de empresas transnacionais devido ao deslocamento do capital, acentuada no neoliberalismo, diminuiu o controle do Estado sobre o trabalho e, conseqüentemente, afetou os direitos dos trabalhadores a nível nacional. Os sindicatos passaram então a utilizar do transnacionalismo para se fortalecer. Para

tanto, de acordo com Evans (2015), é necessário enxergar o uso positivo dos diferentes contextos nacionais dos movimentos dos trabalhadores. Segundo o mesmo autor, os maiores países do sul, principalmente o Brasil, são bons exemplos de organizações transnacionais, pois, por estarem acostumados ao capital globalizado, devido à procura de empresas transnacionais por esses países em busca de mão-de-obra barata, estão mais abertos ao transnacionalismo sindical.

Conforme Evans (2015), o Brasil utilizou de acordos com os Estados Unidos e sindicatos europeus para intensificar articulações transnacionais que acabaram por trazer benefícios para todos os envolvidos. Desse modo,

[...] o movimento nacional de trabalhadores no Sul ganha poder construindo laços com o do Norte; tanto os sindicatos brasileiros quanto os sindicatos estadunidenses ganham poder construindo conexões com sindicatos mais solidamente institucionalizados na Europa. Porém, os casos Brasil-Estados Unidos mostram um tipo de chantagem patronal ao revés no qual a força do Sul pode resultar em benefício para o Norte. (EVANS, 2015, p.473)

Ao se conectar com outros sindicatos, a classe trabalhadora ganha poder, pois a força de um pode resultar em benefício para outros. De acordo com Evans, contextos políticos nacionais também podem moldar as ações transnacionais e serem remodelados por meio de campanhas globais que priorizem os movimentos dos trabalhadores, com a ajuda de estratégias a nível global como, por exemplo, Acordos-Marcos Globais negociados entre empresas transnacionais e Federações Sindicais Globais, que visam regulamentar relações e condições de trabalho.

Evans (2015) também diz que, assim como os sindicatos das manufaturas, o setor de serviços teve que

buscar por estratégias globais para enfrentar capitais globais, entretanto, de forma diferente, pois, ao citar o exemplo da organização dos guardas de segurança da *Group 4 Securicor* – uma das maiores empresas de segurança do mundo – percebe que, devido à pulverização desta empresa pelo mundo e, conseqüentemente, diversos contextos nacionais a lidar, não existia nenhum país capaz de convencê-la a negociar. A solução dependeu de campanhas em inúmeros países e a associação entre diversos sindicatos que levaram em consideração os contextos nacionais.

De certa forma, as ideias de diferentes autores utilizadas para a constituição deste artigo alertam que frente às mudanças e imposições do capitalismo a classe trabalhadora encontra formas de lutar por seus direitos, seja na indústria tradicional, transnacional ou nas novas “indústrias”, como o setor de serviços. Logo, de acordo com Úrsula Elin Huws o capitalismo “[...] é uma relação social na qual os trabalhadores desempenham papéis específicos em relação à produção específica de mercadorias” (2014, p.27). Ainda, essa relação precisa ser consentida e entendida pela classe trabalhadora, para que possam identificar seus pontos críticos e aceitar ou recusar acordos que envolvem o capital e o trabalho. Segundo Huws, a compreensão das relações sociais que envolvem o trabalho, em contextos diferentes, pode desvendar os interesses em comum dos trabalhadores e, por conseguinte, gerar associações mais fortalecidas.

Considerações finais

O capitalismo sempre encontra formas de superar suas crises, as quais afetam os direitos da classe trabalhadora. De acordo com Silver (2005), nas indústrias tradicionais, como a têxtil e a automobilista, o capital utiliza de soluções que enfrentam, ao mesmo tempo, o subconsumo, a sobre acumulação e os

conflitos com o movimento operário, pois os trabalhadores não são indiferentes frente às imposições capitalistas que os prejudicam.

Acerca das grandes empresas transnacionais, as políticas neoliberalistas dão permissão para que estas precarizem o trabalho, pois não se responsabilizam de forma efetiva quanto à proteção dos direitos da classe trabalhadora. Entretanto, segundo Evans (2015), isso provoca um efeito reverso, pois existe a possibilidade dos trabalhadores perceberem o potencial de associações transnacionais na regulamentação das relações e condições de trabalho. No que diz respeito ao setor de prestação de serviços, o qual utiliza de tecnologias de informações para lidar com seus consumidores, este tem, conforme Lojkine (2007), a oportunidade de intensificar o trabalho, uma vez que o seu produto é imaterial, portanto, é difícil medir o tempo gasto na produção. Entretanto, de acordo com Silver (2005) e Evans (2015), isso não tira dos trabalhadores deste tipo de “indústria” a inclinação para agitações, desde que levem em consideração, principalmente no caso de trabalhadores que não possuem vínculo com o local de trabalho, a importância de sindicatos regionais, nacionais e transnacionais.

Em linhas gerais, os movimentos da classe trabalhadora não são neutros a questões que deterioram acordos estáveis entre o capital e o trabalho, conquistados ao longo da história. Conforme o capital se desloca, como observou Bervely Silver, a agitação da classe operária, além de acompanhá-lo, se reorganiza e, no caso das novas formas de “indústria”, se atualiza e tem a capacidade de identificar os pontos críticos da nova organização do trabalho.

Referências

EVANS, Peter. Movimentos nacionais de trabalhadores e conexões transnacionais: a evolução da arquitetura das forças sociais do

trabalho no neoliberalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 457-478, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0457.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005, p. 115-148.

HUWS, Úrsula. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 13-30, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt_ext&pid=S0103-49792014000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso

em: 5 ago. 2017.

LOJKINE, Jean. O novo salariado informacional. Nas fronteiras do novo salariado. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, Revan, v. 25, p. 31-46, 2007.

SILVER, Beverly. Movimentos de trabalhadores e ciclos de produto. In: Beverly Silver. **Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 82-124.

WOLFF, Simone. Desenvolvimento local, empreendedorismo e “governança” urbana: onde está o trabalho nesse contexto? **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 131-150, jan./abr. 2014.